



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Saúde

Junta de Recursos - SES-MG

Parecer nº 16/SES/JRECURSOS/2023

PROCESSO Nº 1320.01.0063399/2021-81

JUNTA DE RECURSOS DE AUDITORIA ASSISTENCIAL

ASSUNTO: Análise de Recurso Administrativo

AUDITADO: Hospital Casa de Caridade Leopoldinense

MUNICÍPIO: Leopoldina

NMAA: Sudeste

URS: Leopoldina

SEI: 1320.01.0063399/2021-81

ATIVIDADE SISAUD: 671

RECORRENTE: Casa de Caridade Leopoldinense (Representada pela Provedora, **Sra. V.M.V.P.**)

RELATÓRIO

Trata-se de auditoria programada em atendimento ao Plano Anual de Auditoria Assistencial – CEA/SUS-MG - Exercício de 2021, realizada pelas Assessorias Regionais de Auditoria Assistencial - ARAS Belo Horizonte e Ponte Nova, no Hospital Casa de Caridade Leopoldinense, no período compreendido entre 4 a 6/10/2021.

A referida auditoria teve como objetivo verificar o cumprimento das obrigações financeiras e assistenciais prestadas aos usuários do SUS, referentes aos recursos destinados às ações de média e alta complexidade no enfrentamento da COVID-19, bem como, averiguar denúncia da Ouvidoria Geral do Estado acerca da garantia da prestação dos serviços médicos na UTI, em conformidade com a legislação.

Após emissão do relatório final de auditoria, foram originados os Ofícios de notificação SES/AUDSUS nº 280 e 281/2023, em virtude da seguinte constatação não conforme, seguida da penalidade de Advertência Escrita imposta nos termos da Resolução SES-MG nº 2.906, de 24 de agosto de 2011:

1 – Constatação nº 637358 - O Hospital não atualiza com fidedignidade as informações

referentes ao quantitativo, à ocupação e à regulação assistencial dos leitos COVID-19 nos sistemas preconizados na legislação.

PARECER

O Recorrente, representado pela sua Provedora, **Sra. V.M.V.P.**, por meio de documento datado de 22 de junho de 2023, em resposta ao Ofício SES/AUDSUS nº 281/2023, apresentou justificativa e enviou documentação tendente a oferecer suporte probatório.

Conhecemos do recurso pela tempestividade e legitimidade do Recorrente:

1 – Constatação nº 637358 - O Hospital não atualiza com fidedignidade as informações referentes ao quantitativo, à ocupação e à regulação assistencial dos leitos COVID-19 nos sistemas preconizados na legislação.

A equipe de auditoria evidenciou:

“Nos dias da auditoria operativa (04 a 06 de outubro de 2021), o confronto do censo dos leitos de UTI COVID, fornecido pelo hospital com o mapa de leitos extraído no sistema SUSFÁCIL, demonstrou compatibilidade entre as informações. Porém, em análise das Deliberações CIB-SUS/MG que atualizaram o quantitativo de leitos COVID-19 (clínicos e UTI/Adulto) para a Casa de Caridade Leopoldinense, previstos no Plano de Contingência para o enfrentamento à COVID-19 do município, aprovado pela Resolução 3168/2020 e suas atualizações e análise dos dados extraídos do CNES relativos ao quantitativo de leitos COVID UTI e Clínicos, ficou demonstrado que as informações apresentadas nos Relatórios dos pacientes internados (Censo hospitalar) de leitos COVID-19 dos setores, para o período de março 2020 a agosto 2021, relacionadas a ocupação dos leitos não foram atualizados com fidedignidade. Informações estas, descritas em planilha (Anexo 7), com data, documento, relacionadas às divergências encontradas. Nos Relatórios de Negativas do SUSFácil analisados foi verificado que houve negativa de reserva de leito, com os seguintes motivos das negativas: Recursos indisponíveis, encaminhar em outra data, não há leito. Confrontados com registros de leitos disponibilizados no CNES e Grade de Leitos do Plano de Contingência para meses de março e abril/2021 e Censo diário do CTI COVID-19 e Relatório dos pacientes internados (Censo) da instituição no mesmo período, verificou-se que havia leitos disponíveis para internação SUS neste período. Informações estas, descritas em planilha (Anexo 7), com data, documento, relacionadas às divergências encontradas. ”

Manifestação do Recorrente:

“Houve manutenção da não conformidade do Hospital por supostamente não atualizar com fidedignidade as informações referentes ao quantitativo, a ocupação e a regulação assistencial de leitos COVID-19 nos sistemas preconizados na Legislação. A Casa de Caridade Leopoldinense reafirma que possui funcionária exclusiva que cuida da atualização e fidedignidade das informações em todos os

sistemas conforme orientação das Portarias, Resoluções, Normas Técnicas, Deliberações dos órgãos Municipais, Estaduais e Federais. Além de esclarecimentos e direcionamentos através da FEDERASSANTAS, CMB, CONASSEMS, SES e GRS. Para comprovar nossa alegação de que o hospital sempre manteve e mantém com fidedignidade as informações referentes ao quantitativo, a ocupação e a regulação assistência dos leitos junta nesse momento os Relatórios do SUSfácil que demonstram que hospital tratou as informações de ocupação de leitos com muito critério e veracidade durante todo período de pandemia. Repita-se que não é justo que em meio as dificuldades do momento e da enorme demanda da pandemia a entidade seja punida por pequena inconsistência que possa ter havido no momento muito peculiar. Razão pela qual requer seja considerada insubsistente a não conformidade apontada, destacando que o hospital já realizou a devolução a FES do valor apontado no relatório pela ocupação dos leitos. ”

Pois bem, a Resolução SES/MG nº 7.160, de 17 de julho de 2020, que autorizou a transferência de recursos financeiros destinados às ações de saúde para enfrentamento do Coronavírus COVID 19, contém as seguintes disposições:

Art. 6º - Os hospitais deverão, obrigatoriamente, manter atualizadas todas as informações inerentes às operações do sistema SUSfácilMG, envolvendo o quantitativo, a ocupação e a regulação assistencial dos leitos.

Parágrafo único – Também deverá ser realizada a atualização permanente do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde – CNES/DATASUS, com inclusão das informações relativas ao quantitativo de leitos e equipamentos existentes, conforme os termos da Portaria de Consolidação GM/MS nº 01/2017.

No mesmo sentido são as disposições das Resoluções SES/MG nº 7.295, de 21 de outubro de 2020 e SES/MG Nº 7.384, de 29 de janeiro de 2021

Art. 6º - Os hospitais deverão, obrigatoriamente, manter atualizadas todas as informações inerentes às operações do sistema SUSfácilMG, envolvendo o quantitativo, a ocupação e a regulação assistencial dos leitos.

Parágrafo único - Também deverá ser realizada a atualização permanente do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde – CNES/DATASUS, com inclusão das informações relativas ao quantitativo de leitos e equipamentos existentes, conforme os termos da Portaria de Consolidação GM/MS nº 01/2017.

O Termo de Metas nº 868/7160 (70417050) celebrado entre a SES-MG e a Casa de Caridade Leopoldinense em 24/07/2020, visando a prestação dos serviços previsto na Resolução SES 7160/2020, contém cláusula no seguinte sentido:

(...)

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES

Para a consecução do objeto expresso na Cláusula Primeira, competirá:

I – À ENTIDADE BENEFICIADA:

(...)

d. manter atualizadas todas as informações inerentes às operações do sistema

SUSfácilMG, envolvendo o quantitativo, a ocupação e a regulação assistencial dos leitos;

(...)

Da mesma forma são as disposições do Termo de Metas nº 868/7295 – Resolução SES 7295 (70418073):

(...)

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES

I – À ENTIDADE BENEFICIADA:

(...)

b. garantir a disponibilização dos leitos em Unidade de Terapia Intensiva (UTI)

COVID-19 adulto e/ou pediátrico, no SUSfácilMG conforme Plano de Contingência da Grade Hospitalar;

(...)

Importante destacar que a pandemia da Covid 19 se apresentou como um dos maiores desafios sanitários em escala global deste século. Para diminuir seus impactos, exigiu dos prestadores uma assistência eficiente e oportuna. A avaliação de desempenho dos prestadores foi mensurada pelas condições dos serviços de saúde tendo em vista as responsabilidades impostas pela legislação pertinente.

O Recorrente reiterou as alegações apresentadas na primeira instância. A documentação anexada, como meio de oferecer suporte às alegações (68537764) refere-se aos intervalos compreendidos entre 01/06/2020 a 31/10/2020; 01/02/2021 a 31/3/2021, não guardando correlação com todo o período apontado pela equipe de auditoria no que se refere ao registro do quantitativo da ocupação e da regulação assistencial dos leitos COVID-19, nos sistemas preconizados na legislação.

Dessa maneira, não restaram combatidos, ao nosso entender, os apontamentos feitos pela equipe de auditoria, bem como não houve apresentação de documentação tendente a demonstrar que medidas foram adotadas visando reforçar a necessidade de atualização fidedigna das informações respectivas nos sistemas preconizados.

CONCLUSÃO

O processo de auditoria em análise tramitou nos moldes da Resolução SES-MG nº 2.906/2011. A legislação citada pela equipe de auditoria fundamentou devidamente o apontamento das constatações não conformes citadas no relatório de auditoria, não havendo nenhuma irregularidade do ponto de vista técnico/jurídico, ao nosso entender.

Diante do exposto, consideramos que os requisitos de admissibilidade foram atendidos. No entanto, que não foram apresentadas justificativas válidas, acompanhadas de documentação probatória apta a afastar a irregularidade. Assim sendo, entendemos pelo conhecimento do recurso, porém, negandolhe provimento para manter a penalidade de Advertência Escrita, imposta ao ente auditado.

Por fim, convém apontar que numa próxima auditoria, medidas mais severas deverão ser adotadas, se constatada reincidência da não conformidade aqui assinalada, bem como de outras que venham a prejudicar a assistência aos usuários daquela localidade.

À superior apreciação

Belo Horizonte, 09 de agosto de 2023.

Andréa Faria de Magalhães

MEMBRO – SES

Rosimary de Araújo Rios Alves

MEMBRO – SES

Tiago Bernardino da Costa

MEMBRO – SES

1 - Ciente.

2 - De acordo.

3 - Submeto à apreciação da Sra. Chefe de Gabinete desta Secretaria de Estado de Saúde.

Ludércio José de Matos

COORDENADOR DA JUNTA DE RECURSOS